HENRIQUE VI DE HOHENSTAUFEN EM MAJESTADE: UMA ANÁLISE DE SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS ENTRE O *LIBER AD HONOREM AUGUSTI* (1197) E O *CODEX MANESSE* (1340)[1]

HENRY VI OF HOHENSTAUFEN IN MAJESTY: AN ANALYSIS OF ITS IMAGETIC REPRESENTATIONS BETWEEN THE *LIBER AD HONOREM AUGUSTI* (1197) AND THE *CODEX MANESSE* (1340)

ENRIQUE VI DE HOHENSTAUFEN EN MAJESTAD: UNA ANÁLISIS DE SU REPRESENTACIÓN EN IMÁGENES ENTRE EL *LIBER AD HONOREM AUGUSTI* (1197) Y EL *CODEX MANESSE* (1340)

Vinicius Cesar Dreger de Araujo[2]

Resumo: Buscamos neste artigo analisar os desenvolvimentos das representações iconográficas do monarca em majestade entre os séculos XII e XIV a partir das imagens que representam o imperador Henrique VI do Sacro Império Romano extraídas do *Liber ad honorem Augusti* (1197) e do *Codex Manesse* (1340). Henrique VI é um monarca pouco estudado pela historiografia medievalista brasileira, que costuma dar mais atenção aos seus antecessor e sucessor imediatos, os imperadores Frederico I e Frederico II. Contudo, se trata de uma figura de grande importância em seu período, sendo responsável pela expansão considerável do programa de revitalização do prestígio imperial herdado de seu pai, através da conquista do Reino Normando da Sicília, da submissão de diversos reinos ao Sacro Império Romano e a liderança no movimento Cruzado, além de poeta. Analisamos a produção iconográfica focada em Henrique VI através de processos de despersonalização e estereotipificação das representações, e recorrendo ao princípio das mesmas, durante a dinastia Otônida (século X), assim como através dos processos de instituição de uma monarquia transpessoal no Império a partir do século XI.

Palavras-chave: Sacro Império Romano; Henrique VI; Iconografia; *Liber ad honorem Augusti*; *Codex Manesse*

[1] Gostaria de agradecer à Profa. Dra. Daniele Gallindo Silva do Centro de Letras e Comunicação (Curso de Alemão) da UFPel, à Profa. Dra. Maria Cristina Correia Leandro Pereira do Departamento de História da USP e à Profa. Tainara Duarte pelas leituras, sugestões e atenção, indispensáveis à confecção deste artigo. A todas meu muito obrigado!

[2] Centro Universitário Anhanguera - Osasco e Universidade Cruzeiro do Sul, Osasco, SP, Brasil. E-mail: viniciusdreger@hotmail.com

Abstract: We seek in this article to analyze the developments of iconographic representations of the monarch in majesty between the twelfth and fourteenth centuries, from images that represent Emperor Henry VI of the Holy Roman Empire extracted from the *Liber ad honorem Augusti* (1197) and the *Codex Manesse* (1340). Henry VI is a monarch understudied by Brazilian medievalist historiography, which usually gives more attention to its predecessor and immediate successor, the Emperors Frederick I and Frederick II. However, he was a figure of great importance in his time, being responsible for the considerable expansion of the revitalization program of the imperial prestige inherited from his father, through the conquest of the Norman Kingdom of Sicily, the submission of various kingdoms to the Holy Roman Empire, the leadership in the Crusader movement, and was a poet. We analyze the iconographic production focused on Henry VI through processes of stereotyping and depersonalization of representations, and resorting to the principle of them, during the Ottonian dynasty (tenth century), as well through the process of establishment of a transpersonal monarchy in the Empire from the eleventh century.

Keywords: Holy Roman Empire; Henry VI; Iconography; Liber ad honorem Augusti; Codex Manesse

Resumen: Pretendemos en este artículo analizar la evolución de las representaciones iconográficas del monarca en majestad entre los siglos XII y XIV por medio de las imágenes que representan el emperador Enrique VI del Sacro Imperio Romano extraídas del *Liber ad honorem Augusti* (1197) y del *Codex Manesse* (1340). Enrique VI es un monarca poco estudiado por la historiografía medievalista brasileña, que suele prestar más atención a su predecesor y sucesor inmediato, los emperadores Federico I y Federico II. Sin embargo, es una figura de gran importancia en su tiempo, como responsable por una considerable expansión del programa de revitalización del prestigio imperial heredado de su padre, a través de la conquista del reino normando de Sicilia, la sumisión de varios reinos al Sacro Imperio Romano y su liderazgo en el movimiento cruzado, además de poeta. Analizamos la producción iconográfica centrada en Enrique VI mediante procesos de los estereotipos y la despersonalización de las representaciones, y recurriendo al principio de las mismas durante la dinastía Otónida (siglo X), así como a través del proceso de establecimiento de una monarquía transpersonal en el Imperio desde siglo XI.

Palabras clave: Sacro Imperio Romano; Henry VI; Iconografía; *Liber ad honorem Augusti*; *Codex Manesse*

Introdução

A análise das representações imagéticas do Poder traz novos aportes conceituais e documentais para o estudo da História Política do Medievo. Neste artigo tencionamos discutir os processos de transformações nas representações e conceituações do poder no Sacro Império Romano, através do

recurso a imagens de fins do século XII (sigilografia e o *Liber ad honorem Augusti* de Petrus de Éboli) e da primeira metade do século XIV (o *Codex Manesse*).

O *Liber ad honorem Augusti* de Petrus de Éboli (Burgerbibliothek Bern, Ms.120 II) é um manuscrito singular: trata-se de um poema épico-histórico que louva a conquista do reino sículo-normando por Henrique VI (em suas duas tentativas, a mal-sucedida em 1191 e a afortunada em 1194), composto por 1680 versos, organizado em 837 dísticos elegíacos, distribuídos no verso de 52 folhas de pergaminho. No anverso destas folhas, encontram-se páginas repletas de iluminuras que, ou foram executadas pelo próprio autor, ou foram por ele idealizadas. Elas se integram perfeitamente ao texto poético, acrescentando-lhe novas camadas de significados.

Já o *Codex Manesse*, também conhecido como *Große Heidelberger Liederhandschrift*[3] é uma fonte documental de grande valor artístico e muito conhecida, fundamental para o estudo da *Minnesang*, o equivalente germânico da lírica trovadoresca. Seu repertório, compilado entre 1305 e 1340, abrange um vasto *corpus* com cerca de 6000 versos distribuídos em 426 folhas de pergaminho, atribuídos, por seus anônimos compiladores, a 137 autores pertencentes a um arco cronológico que se estende entre 1170 e as primeiras décadas do século XIV; figurando assim, grosso modo, como um equivalente ao coevo *Cancioneiro D'Ajuda* português.

Contudo, o *Codex Manesse* possui uma característica que o diferencia de seu congênere português: para demarcar o início das obras de cada poeta, os patronos da obra, Rüdiger Manesse e seu filho[4], ricos burgueses de Zurique, encomendaram a confecção de 137 miniaturas de página completa, dedicadas à representação de cada *Minnesänger*, conforme imaginados no século XIV por quatro anônimos iluminadores.

Embora estejam separados no tempo e no espaço (o *Liber* foi produzido no Reino Normando da Sicília e o *Codex* na Suíça), ambos os documentos possuem algo em comum: a presença da representação iconográfica do imperador Henrique VI. Como protagonista na fonte siciliana (aparece em dezesseis fólios) e como primeiro poeta retratado na fonte suíça. Antes de analisarmos as imagens selecionadas, realizaremos uma digressão acerca do reinado deste monarca.

[3] Biblioteca da Universidade de Heidelberg, *Codex Palatinus Germanicus* 848.

[4] Informações extraídas da página da universidade de Heidelberg que contém o fac-símile digital do manuscrito, http://www.ub.uni-heidelberg.de/allg/benutzung/bereiche/handschriften/codexmanesse.html, acessada a 30/04/2014.

1. A *gesta* do Imperador Henrique

Henrique VI de Hohenstaufen foi uma figura controversa para seus contemporâneos e continua sendo para a posteridade. O herdeiro do Barbarossa nasceu em Nijmegen (Holanda) em 1165, sendo eleito e coroado *Rex romanorum* em junho do mesmo ano. Este príncipe foi, ao contrário de seu pai, educado para reinar por eruditos ligados à corte como Godfrey de Viterbo e Henrique, sob a inspiração de sua mãe, a imperatriz Beatriz da Borgonha (patronesse da lírica trovadoresca na corte imperial) (ARAUJO, 2013, pp. 145-6), Henrique veio a se tornar um trovador *(Minnesinger*), com pelo menos três canções preservadas no *Codex Manesse*.

Em 1184 ele e seu irmão Frederico da Suábia receberam o cinturão cavaleiresco em uma cerimônia de adubamento no enorme festival cortês celebrado em Mainz (ARAUJO, 2012a, pp. 627-640), no qual também se tratou de seu noivado com Constança de Hauteville, onze anos mais velha do que ele e tia de Guilherme II, rei normando da Sicília. Este matrimônio foi celebrado a 27 de Janeiro de 1186 em Milão, onde Henrique também foi coroado *rex Italicum*.

Como monarcas da Itália Setentrional, o casal régio percorreu a Lombardia, as Terras Matildinas da Itália Central, a Borgonha e parte da Germânia durante vinte e um meses (ARAUJO, 2012b, pp. 143-4), no exercício do *iter*, a perambulação característica dos monarcas germânicos pelas cidades e abadias imperiais, pelos bispados e propriedades do fisco régio, através das quais o soberano governava fazendo presente o seu poder nas diversas regiões do Império, consumindo os recursos gerados pelo fisco *in loco*, administrando a justiça e concedendo os solenes diplomas régios aos solicitantes, além de obter dos abades e bispos o *servitium regis* que lhe era devido em troca de patrocínio e proteção.

Karl Hampe, um importante medievalista alemão de inícios do século XX, traçou o seguinte perfil de Henrique VI:

> Ele foi um cortesão, muito diferente de seu pai. Enquanto o Barbarossa foi ao mesmo tempo um soldado e diplomata natural, Henrique era um jovem maduro que sucedeu a um rei que nunca envelheceu. (...) Sua face pálida, séria e quase glabra, dominada por uma testa imponente, traíam o cuidado do estadista, mas não proclamavam a força do guerreiro.
> Uma faceta da natureza mais rica e harmoniosa de seu pai – um instinto para o poder e o dom da ação decisiva – foi nele desenvolvida ao extremo, a expensas de qualquer outra característica. Se uma conclusão pode ser extraída de tão curto reinado, é a de que Henrique VI possuía em maior grau que qualquer outro monarca germânico medieval, a habilidade de apreender suas oportunidades, calcular minuciosamente suas ações e obter os maiores resultados com o emprego do menor esforço; nisso ele, de certa forma,

> lembrava a Henrique V, embora tenha em muito ultrapassado este último em grandeza e refinamento de caráter.
> Uma ardente ambição em tornar o Império maior e mais poderoso que sob seus antecessores guiava-o, negando-lhe descanso e gozo e tornando-lhe desagradável, severo e (quando de sua vantagem) implacável, cruel e insensível. A ele faltavam os sentimentos cavaleirescos, a justa moderação (*Diu Mâze)* e a grandeza moral de seu pai; não havia ninguém de igual autoridade para contê-lo e seu amor pelo poder foi sentido em círculos cada vez mais amplos da política europeia até que a morte removeu-lhe no apogeu de seu sucesso" (HAMPE, 1973, p.220).

Este perfil, ainda que romantizado e anacrônico em sua visão quase que maquiavélica sobre Henrique, não deixa de ter certa consonância com visões coetâneas a respeito do mesmo. Ele empregou uma inteligência fria e impiedosa (para os padrões da época) para enfrentar as diversas crises ocorridas em seu reinado. Contudo, sua impaciência e generoso uso da brutalidade muitas vezes prejudicaram sua condução normalmente hábil das situações.

Henrique assumiu a regência imperial com a partida de seu pai para a Terceira Cruzada em 1189 e se tornou monarca efetivo com o falecimento do Barbarossa em junho de 1190. Seu reinado foi caracterizado pela alternância e entrelaçamento de quatro grandes tópicos: seus conflitos e negociações com os príncipes seculares e eclesiásticos germânicos; suas relações com o Papado, a busca pela Coroa síciulo-normanda e a Cruzada.

No período 1190-1, Henrique VI teve que debelar uma rebelião liderada pelo deposto duque da Saxônia e Bavária, Henrique o Leão da casa dos Welf, que havia retornado de seu exílio na Inglaterra.

Em seguida viajou a Roma, para obter a sagração imperial das mãos do recém-eleito Papa Celestino III, que adiou a cerimônia até 15 de abril de 1191 e só então pôde dirigir-se ao Reino Normando da Sicília para reclamá-lo em nome de sua esposa Constança, já que o rei Guilherme II havia falecido em 1189 sem deixar herdeiros, tornando-a assim a última descendente legítima da dinastia dos Hauteville. Contudo, muitos barões síciulo-normandos temiam o domínio germânico e elegeram como rei o conde Tancredo de Lecce, um sobrinho bastardo da imperatriz, com o apoio do Papado.

Por outro lado, contando com o apoio de diversos barões apulianos descontentes com a eleição de Tancredo, Henrique VI invadiu o *Regno*, ocupando diversas cidades importantes (como Salerno) com pouca oposição. Contudo, sua sorte minguou quando do cerco de Nápoles, onde uma série de epidemias como malária, tifo e disenteria, dizimou seu exército e o próprio imperador veio a adoecer. Tal fato forçou-o a suspender o assédio e se retirar repentinamente. Nesse processo, forças pró-Tancredo surpreenderam e capturaram a imperatriz Constança em Salerno.

O monarca retornou à Germânia para enfrentar uma nova coalizão principesca liderada por Henrique o Leão, apoiada por Tancredo e financiada por Ricardo I da Inglaterra, cunhado do ex-duque saxônio e aliado do usurpador siciliano. No período 1192-3, o único alento do imperador foi o resgate de Constança (enquanto ela estava sendo trasladada da Sicília para a custódia papal).

Todavia, sua sorte mudou novamente, devido a um presente inesperado: seu primo, o Duque Leopoldo V da Áustria aprisionou Ricardo I Coração de Leão quando este retornava da Terra Santa por território austríaco. Leopoldo agiu desta maneira considerada como ultrajante na época como vingança por uma ofensa perpetrada contra ele pelo rei inglês durante a tomada de Acre na Terceira Cruzada. Como se isso não bastasse, Leopoldo transferiu o cativo para Henrique VI mediante a divisão do resgate a ser amealhado na Inglaterra. O imperador exigiu um resgate gigantesco: 150.000 libras de prata, o equivalente a 35 toneladas de metal precioso, além da submissão vassálica de Ricardo, que foi coagido a ceder seus domínios a Henrique, sendo por este enfeudado com os mesmos.

Já os Welf foram apaziguados com uma união dinástica entre uma prima de Henrique VI e um filho de Henrique o Leão, que veio a se tornar Conde Palatino da Renânia. Assim, no início de 1194, a liga principesca contra o monarca foi esfacelada na Germânia, Tancredo se viu isolado e o imperador estava pronto para renovar seu assalto contra o reino siciliano. Novamente o acaso interveio a favor dos Hohenstaufen: a 20 de fevereiro de 1194, Tancredo faleceu e deixou como herdeiro um infante, Guilherme III, sob a regência de sua mãe, Sybilla de Acerra.

Henrique VI, aliado às armadas de Gênova e Pisa, assaltou o reino por terra e mar, sendo coroado Rei da Sicília em Palermo no dia 25 de dezembro de 1194. No dia seguinte nasceu em Jesi Frederico Roger, seu filho com Constança.

A partir de então, baseado no vasto tesouro do *Regno*, Henrique ampliou o escopo de suas operações, destituindo barões normandos que haviam apoiado Tancredo e instalando seguidores germânicos leais por todo o reino. Aplicou pressões econômicas sobre portos berberes na África do Norte, inclusive reivindicando aqueles que haviam sido brevemente ocupados pelos normandos entre fins do século XI e inícios do XII. Ele se tornou suserano dos reis de Chipre e Armênia Menor (Cilícia); interferiu nos assuntos internos do Império Bizantino, tanto ao unir em matrimônio seu irmão Felipe da Suábia à princesa Irene (filha do deposto imperador Isaac II Angelus), quanto ao pressionar atual imperador, Alexius III, a pagar um vasto tributo (denominado *Alamannikon* pelos bizantinos), sob o pretexto de uma indenização pelas terras bizantinas que os normandos haviam ocupado e perdido nos Bálcãs! Ele também pressionou os reis de França e Aragão a

aceitar sua suserania. Contudo, faltou a Henrique a alavanca necessária para coagi-los como havia feito com Ricardo Coração de Leão.

Na Páscoa de 1195, Henrique VI tomou os votos de cruzado e iniciou os preparativos para uma grande expedição à Terra Santa (e possivelmente Bizâncio). Além de ser um passo importantíssimo para o estabelecimento dos Hohenstaufen como senhores na bacia mediterrânica, a Cruzada também serviu para melhorar as tensas relações com o Papa Celestino III.

Antes de partir para o Oriente, Henrique retornou à Germânia para acertar os detalhes de sua sucessão. Na dieta de Würzburg em 1196, o imperador tentou persuadir os príncipes germânicos a aceitarem a sucessão hereditária ao trono, abandonado a sucessão eletiva. Embora tenha oferecido termos generosos para os príncipes seculares e eclesiásticos, o monarca não conseguiu demovê-los de suas posições. O máximo que Henrique obteve foi a eleição e coroação do pequeno Frederico Roger como *rex Romanorum* em dezembro do mesmo ano.

Henrique retornou à Itália em 1197 e governou o reino siciliano com mão de ferro. Impôs as prerrogativas régias impiedosamente e revogou a maior parte dos privilégios que Tancredo havia concedido aos barões normandos, que iniciaram uma conjura contra sua vida que escalou para uma revolta aberta. Simultaneamente houve um levante da população islâmica na ilha. A revolta baronial foi rapidamente esmagada, mas o levante islâmico se tornou endêmico, só sendo extinto na década de 1220, quando Frederico II transferiu a população islâmica para a colônia de Lucera, no continente.

Em meados do ano, Henrique VI estava seguro o bastante para se concentrar na cruzada, sua chance para galvanizar o apoio dos príncipes eclesiásticos e seculares. Ele enviou uma força avançada sob o comando de Markward de Annweiler em agosto, mas a expedição se dissolveu com sua morte (possivelmente de malária) em Messina a 28 de setembro de 1197.

2. Análises iconográficas

As 52 páginas de iluminuras do *Liber ad honorem Augusti* e as 137 iluminuras de página inteira do *Codex Manesse* se configuram como dois dos melhores repositórios iconográficos para a representação de diversos temas entre os séculos XII e XIV.

Para estudarmos essas (e quaisquer outras imagens) é necessário que prestemos atenção a considerações de ordem teórico-metodológica. Como Jean-Claude Schmitt (2007) nos recorda:

> Nenhuma imagem se encontra completamente isolada. Em geral, integra-se numa série: por exemplo, a das miniaturas de página inteira de um único manuscrito do Saltério, ou a das letras historiadas que antecedem cada *Vita* num manuscrito iluminado da

> *Legenda Áurea* ou cada *Causa* num manuscrito do *Decreto de Graciano* (SCHMITT, 2007, pp. 39-41).

Partindo-se desta consideração, indubitavelmente as imagens presentes em cada documento selecionado formam uma série homogênea *a priori*; contudo, o historiador pode, a partir desta maxissérie, construir subséries temáticas organizadas de diversas formas. Por exemplo, pode-se partir da organização dada pelos compiladores medievais do *Codex Manesse*: a distribuição dos poetas em uma escala social rigidamente hierarquizada, que inicia com um imperador e termina com poetas plebeus. Ou, podem-se elaborar outras séries de acordo com os temas cavaleirescos apresentados nas imagens, como cenas de amor cortês, combates & justas, ou mesmo séries ligadas aos estilos de pintura de cada um dos quatro iluminadores da obra. Assim como se pode extrair do *Liber ad honorem Augusti* subséries voltadas à representação de alguns personagens como Henrique, Constança e Tancredo, representações da Arte da Guerra em fins do século XII e representações da corte siciliana, entre outros temas.

As imagens que selecionamos formam uma série temática heterogênea, posto que composta por representações extraídas de ambas as fontes mencionadas, além do emprego dos selos utilizados pela Chancelaria imperial. O critério de escolha das mesmas se encontra na representação de Henrique VI em postura majestosa.

2.1. Análise descritiva das imagens selecionadas:

Henrique VI é o protagonista do *Liber ad honorem Augusti*. Dos 52 fólios iluminados ele foi representado em 16. Como comparação, as outras duas personagens mais representadas são Constança em 13 fólios e Tancredo em 12.

Contudo, desta subsérie iconográfica, selecionamos uma das imagens que representam Henrique VI em majestade: o monarca entronizado e cercado por seus principais auxiliares. Nela existe também a presença da Fortuna, abençoando Henrique e vitimando Tancredo com sua Roda.



Figura 1: *Liber ad honorem Augusti*, fl. 147r, Codex 120 II, Burgerbibliothek Bern

Fonte: KÖLZER & STHALI, 1994, p. 243

O imperador se encontra plenamente paramentado com suas *regalia*: entronizado, coroado (mais próxima dos diademas bizantinos do que das coroas flordelizadas posteriores), portando em sua mão direita o cetro, na esquerda o orbe (símbolo do poder universal do Império) e está coberto com um manto purpúreo, aliás, digna de nota é a presença dos sapatos púrpuras, tradição bizantina (também adotada pelo Papado) provavelmente explicada pela familiaridade do autor com os costumes bizantinos ainda presentes na Itália Meridional (particularmente na Apúlia e na Calábria), sendo que a monarquia sículo-normanda inspirou-se profundamente na simbolo-

gia e identidade visuais da monarquia romana oriental.

Henrique VI se encontra cercado por seus principais auxiliares: à esquerda, Markward de Anweiler, senescal do Império ("*Marchisius senescalcus*"), que comandou as armadas unidas de Gênova e Pisa aliadas do imperador na campanha de conquista do reino (VAN CLEVE, 1937); Henrique de Kalden, marechal do Império ("*Henricus Calandrinus*") e o chanceler imperial Conrado de Querfurt, portando no braço esquerdo um livro e, na mão direita, um globo com cidades, podendo ser uma representação da própria Sicília.

Acima do imperador está a representação da virtude da Sapiência. Aliás, seu próprio trono está legendado como "*Sedes sapientie*", creditando a Henrique VI uma das grandes virtudes associadas pelos medievos aos monarcas. A Sapiência está em diálogo com a Fortuna que, não apenas subjuga Tancredo, mas também uma figura desgrenhada, representada como Andrônico Comneno, imperador bizantino inimigo dos Hohenstaufen (e do próprio Tancredo), também usurpador e visto como tirano em fins do século XII, derrubado por uma revolta contra sua paranoia e sede de sangue.

Esta iluminura representa os principais oficiais da corte imperial: o chanceler (encarregado do registro escrito dos atos régios na forma de leis, privilégios, diplomas e mandatos), o senescal (encarregado da administração do fisco régio) e o marechal (comandante dos contingentes militares diretamente sujeitos ao monarca). Seguindo a história institucional germânica, a chancelaria continuava a contar com membros do alto clero; contudo, existe uma ruptura, já que a Arquichancelaria era tradicionalmente concedida a um Arcebispo, normalmente o titular da sé de Colônia ou de Mainz, raramente de Trier. Outro elemento aparentemente curioso é a ocupação da senescalia, função essencialmente burocrática, por um cavaleiro. Contudo, na Germânia, havia uma numerosa camada da baixa nobreza, equivalente aos cavaleiros de outros reinos, os Ministeriais, que possuíam como principal característica a sua origem servil. Estes cavaleiros-servos foram muitas vezes utilizados pelos monarcas e outros príncipes germânicos como administradores em seus domínios ou como encarregados das funções de outros cargos de confiança, como neste caso Markward de Anweiler e Henrique de Kalden-Pappenheim.

Ingo Walther e Gisela Siebert (1988, p. 02) notaram em seu estudo sobre as iluminuras do *Codex Manesse* que estas imagens se apresentam como arranjos cênicos, que tinham como objetivo representar cenas fictícias, porém plausíveis, envolvendo cada um dos poetas, segundo a concepção dos iluminadores.



Figura 2: *Codex Manesse*, fl. 06r, *Codex Palatinus Germanicus* 848, Universitätsbibliothek Heidelberg.

Fonte: WALTHER & SIEBERT, 1988, p. 03

Nesse arranjo Henrique VI se encontra representado em toda a glória de seus ofícios: no primeiro plano da cena, ocupando-a por completo, em grande tamanho, quando comparado com os objetos a seu redor (esse é um

índice representativo da importância do personagem) (SCHMITT, 2007, p. 38.), um *topos* característico da "semântica" iconográfica medieval. Ele traz consigo as *regalia*, os objetos que simbolizam suas funções, poder e autoridade: a Coroa e o Cetro flordelizados[5], traja ricas vestes nas cores azul e púrpura. Encontra-se sentado, na pose "em majestade", num trono sem espaldar, reminiscente de uma cadeira curul[6] e emulando a figura do Cristo em Majestade.

Ao lado de sua mão direita se encontra em pé uma espada embainhada, com a qual o Imperador exerce seu poder militar para implementar a Paz (*Landfriede*) e o cumprimento de suas decisões judiciais, além de defender a Igreja e a Cristandade. Como complemento à sua figura, encontram-se nos cantos superiores da imagem um escudo dourado com a águia negra imperial e um elmo fechado, coroado e encimado novamente pela águia. Esta representação heráldica do imperador (a águia negra sobre fundo dourado) surge pela primeira vez em um fólio do *Liber ad honorem Augusti*, mas só foi adotada oficialmente por Rodolfo I de Habsburgo após 1273.

O único objeto que destoa nesta, até aqui, tradicional representação de monarca medieval é o pergaminho que está em sua mão esquerda, no lugar do orbe régio. É o símbolo de sua condição de rei-poeta, ou seja, de novo Davi. Contudo, ela não destoa do modelo do Cristo em majestade, já que este, muitas vezes, foi representado portando em sua mão esquerda o Livro da Vida. Assim, o anônimo iluminador congregou características das duas mais poderosas correntes de representação simbólica da figura régia para criar o arranjo cênico de Henrique VI.

Ao observarmos a figura do monarca, devemos prestar atenção a algumas características físicas, o rosto e as mãos. Aqui ele apresenta uma leve barba, enquanto que nas imagens do *Liber ad honorem Augusti* e dos selos, contemporâneas de Henrique, elaboradas por pessoas que estiveram próximas a ele, mostram um rosto glabro. Provavelmente a descrição de Henrique VI feita por Karl Hampe anteriormente citada, tenha sido mais influenciada pela imagem do século XIV do que pelas do século XII.

Em relação às mãos, a mão direita, que também segura o cetro, aponta em direção ao pergaminho em branco; como notou Ashcroft, "no vocabulário gestual do *Codex Manesse* (e da iluminação dos manuscritos medievais em geral), a mão apontada para o pergaminho diz ao leitor para associar a imagem ao texto" (ASHCROFT, 2006, p. 216) que, efetivamente, se encontra no verso da iluminura.

[5] O lírio foi associado ao Cristo desde a passagem "Considerai como crescem os lírios do campo; não trabalham nem fiam", nos relatos do Sermão da Montanha presentes nos evangelhos de Mateus [6, 28] e Lucas [12, 27], sendo que este último também liga esta flor a Salomão, fornecendo ao imaginário imagético medieval o significado do lírio como símbolo para a Justiça

[6] *Sella curulis*, um dos símbolos associados ao *imperium*, poder político-militar concedido pelo Senado romano aos altos magistrados, como cônusles, procônsules e legados.

Ademais, sua mão esquerda aponta simultaneamente para o pergaminho e para seu próprio corpo. A estratégia do iluminador ao adotar este gestual implica na plena identificação do imperador com o poeta, indissociavelmente.

Um parêntese interessante está na ornamentação presente nas imagens de ambas as fontes: a delimitação do espaço da imagem (moldura no *Codex Manesse* e "salão" abobadado no *Liber ad honorem Augusti*) é realizada com as mesmas cores presentes em Henrique, seus trajes e regalia, reforçando a conexão entre o arranjo cênico e o representado.

2.2. Análise interpretativa das imagens selecionadas:

A figuração presente em ambas as fontes dialoga diretamente com a autoimagem de Henrique VI como definida por sua Chancelaria como expressa no selo a seguir.



Figura 3: O selo de Henrique VI, 1194

Fonte: Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jindra6_pecet.jpg, acessado a 01/05/2014

A representação do Monarca em Majestade tem suas origens nas imagens do Cristo em Majestade e essa transposição, da iconografia religiosa para a política, foi concomitante às visões da realeza centrada em Cristo (KANTOROWICZ, 1998, pp. 48-72), característica da Teologia Política imperial do período Otônida. Suas primeiras manifestações podem ser detectadas na representação de Otto II (preservada no pergaminho Nr.15654 do Musée Condé, Chantilly), datada, possivelmente, de 984 ou 985 e no segundo selo de Otto III, de 998.



Figura 4: Otto II em Majestade

Fonte: Pergaminho avulso Nr.15654, Musée Condé, Chantilly (GARRISON, 2012: 16)

Nestas duas imagens o imperador é representado sentado de frente em uma cadeira curul (normalmente associada na iconografia medieval à representação dos monarcas como juízes), com os pés sobre um tablado, afastado do chão e portando as *imperialia* (coroa, cetro e orbe). Aliás, concordamos com a proposta de Eliza Garrison (2012) de que esta representação de Otto II é a primeira numa série de imagens que possuíam uma proposta retratística dos monarcas otônidas, que abarca a famosa representação de Otto III e as províncias (presente nos Evangelhos de Otto III, Bayerische Staatsbibliothek, Clm 4453) e à qual cremos que se possa acrescentar uma representação semelhante presente em um manuscrito d'As Guerras Judaicas de Flávio Josefo, só que à semelhança do último otônida, Henrique II (Staatsbibliothek Bamberg, Msc.Class.79).



Figura 5: Selo de Otto III, 998

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Posse_Band_1_0044.jpg, acessado a 01/05/2014.

Os códigos visuais explorados nos selos se tornaram parte do repertório de imagens de outras artes representativas como a pintura e a escultura. Sua exploração em diferentes contextos só se encontra limitada por certo nível de realidade, "realidade esta carregada de um programa valorizante da monarquia, fundindo poder e espiritualidade" (FABRE, 2001, p. 137), ou seja, importa certo grau de verossimilhança entre representação e representado.

Como argutamente percebeu Brigitte Bedos-Rezak (2011):

> A presença física mobiliza e exibe características individuais, permitindo o reconhecimento e identificação imediatos. Todavia, quando a presença é medida por signos de identidade, os próprios indivíduos já não são mais condição *sine qua non* para o reconhecimento por outros, mesmo que seus signos tenham circulado em contextos sem o conhecimento direto de suas pessoas. Assim, o *locus* de identificação mudou do indivíduo para o seu signo, um signo que precisa assumir características capazes de gerar o reconhecimento além do contexto de sua ocorrência imediata. Em tal situação, a individualidade é um pobre significante precisamente porque ela NÃO sobrevive à descontextualização, nem permite abstração (BEDOS-REZAK, 2011, p. 254)

Assim, ao exibirem figuras estereotipadas, os selos e as iluminuras se tornaram genéricos o suficiente para serem utilizados em contextos múltiplos, agindo como avatares de seus usuários ou "retratados"; principalmente após a utilização cada vez mais ampla de dispositivos heráldicos como identificadores, como no caso de todas as iluminuras presentes no *Codex Manesse*.

Não é por acaso que as representações de Henrique VI no selo e nas iluminuras, embora separadas por tempo (décadas de 1180-90 e década de 1330) e espaço (Germânia, Sicília e Suíça), compartilhem da mesma linguagem visual de representação da figura monárquica e dos mesmos elementos de reconhecimento da autoridade empregados pelos imperadores germânicos desde o século X. Esses se tornaram os símbolos visíveis e imediatamente inteligíveis do poder, não importando que, com o passar do tempo e das vicissitudes do Império, sua natureza de exclusividade imperial tenha desaparecido.

O signo de reconhecimento do monarca se tornou universal na Cristandade latina: o rei, coroado, portando cetro e orbe e entronizado. Não nos esqueçamos de que o objetivo na representação medieval não está em retratar um indivíduo específico, mas sim sua função; na iluminura Henrique de Hohenstaufen não se encontra retratado, mas sim o Sacro Imperador Romano, Rei da Germânia, Itália, Borgonha e Sicília.

Como mais uma evidência deste processo de despersonalização e estereotipificação dos componentes da linguagem iconográfica, podemos observar a iluminura pertencente ao *Liber ad honorem Augusti*: aqui, todos os personagens estão perfeitamente identificados por legendas na imagem; assim, podemos reconhecer o imperador Henrique VI em Majestade, à sua direita o chanceler Conrado de Querfurt (Bispo de Hildesheim e Würzburg), à sua esquerda o senescal Markward de Anweiler (defronte à armada que comandou durante a campanha de conquista do Reino Normando da

Sicília) e à sua frente (abaixo), se encontra o marechal da hoste imperial, Henrique de Kalden-Pappenheim. Ou seja, já em fins do século XII o processo de despersonalização dos personagens representados havia alcançado tal ponto em que a legendagem havia se tornado necessária para a identificação correta dos mesmos, mesmo em um manuscrito cuja circulação era restrita ao próprio grupo representado na imagem.

A imagem em Majestade de Henrique VI no *Codex Manesse* possui também outra função no manuscrito: sua presença em situações solenes, como nas célebres representações entronizadas de Otto II e Otto III, possuem a capacidade de recriar suas presenças oficiais, concedendo *gravitas* a um documento de natureza muito diversa daqueles dos séculos X e XI, uma antologia de poesia profana ao invés de textos religiosos como saltérios e evangeliários; assim como os selos régios garantiam os documentos monárquicos, estas miniaturas autenticavam o *Codex* e legitimavam socialmente a lírica cortês germânica. Esta função legitimadora também pode ser constatada na iluminura selecionada do *Liber ad honorem Augusti*, corporificando não apenas a autoridade direta do monarca, mas também a indireta, exercida por intermédio de seus principais colaboradores na empreitada siciliana.

Considerações finais

O processo de estereotipificação e despersonalização das representações imagéticas no âmbito do Sacro Império Romano entre suas origens no século X e seu status no século XIV avança de modo muito semelhante ao processo de constituição de uma realeza transpessoal hierárquica profundamente estruturada e, à princípio, ligada às dinastias Sália (1024-1125) e Hohenstaufen (1138-1254), que se mesclou a um conceito aristocrático e feudal de uma realeza transpessoal hierárquica porém colaborativa entre monarca e aristocracia e com ênfase na sucessão eletiva que, entre 1254 e o período de elaboração do *Codex Manesse* (primeira metade do século XIV), se tornaram cada vez menos previsíveis e isso chegou ao ponto de ser ressaltado na despersonalização das representações monárquicas que, após a morte de Frederico II (1250), passaram a ser virtualmente indistinguíveis umas das outras, a não ser pela legendagem e com a posterior introdução de dispositivos heráldicos.

Até o início do século XI a realeza não podia ser separada da pessoa do monarca, como fica claro neste episódio relatado pelo cronista Wipo: durante o Pentecostes de 1025, um grupo de nobres italianos compareceu perante o monarca (Conrado II) para render-lhe homenagem em Constança. Entre eles havia um grupo de cidadãos de Pávia que se viram em desfavor com o Imperador. O palácio régio de Pávia, construído por Teodorico e adornado por Otto III, havia sido demolido pelos paveses após a morte de

Henrique II para que nenhum outro rei no futuro considerasse a ideia de construir um palácio em sua cidade. Os representantes de Pávia tentaram justificar suas ações com o seguinte argumento:

> Afinal, a quem ofendemos? Servimos nosso imperador fiel e humildemente até o fim de sua vida. Nós destruímos a casa do rei apenas após a sua morte, quando não mais tínhamos um monarca. Desta forma, não fizemos nada de errado. Ao que respondeu Conrado II: Eu sei que vocês destruíram a casa de seu rei após sua morte, já que vocês não tinham um rei no momento. Mas vocês não podem negar que destruíram um palácio régio. Embora o rei esteja morto, as coisas ligadas à monarquia permanecem, como um navio permanece após o perecimento de seu capitão. O palácio era um edifício do Estado, não privado; estava sob outro Direito, não o seu. No entanto, aqueles que trespassam contra as propriedades de outro são odiosos ao rei. Vocês, então, trespassaram contra a propriedade de outros; assim, são odiosos ao rei (WIPO, 2000, pp. 73-4)

Nesta passagem fica claro o conceito de monarquia transpessoal esposado por Conrado II e sua linhagem, os Sálios. A realeza corporifica a permanência transpessoal; a coroa sobrevive à sucessão dos reis e se torna uma metáfora para a realeza (WEINFURTER, 1999: 45). E este monarca também foi capaz de infundir à nobreza imperial um conceito de transpessoalidade através de seu famoso diploma a *Constitutio de feudis*, de 28 de maio de 1037, no qual o monarca regulou a transmissão dos títulos e feudos por sucessão hereditária e esse documento estendeu ao conjunto da nobreza imperial um conceito de posse transpessoal que ajudou a consolidar neste grupo social a ideia de uma institucionalização permanente do Império, a despeito do ocupante.

Este processo foi aprofundado e acelerado com os monarcas da dinastia Hohenstaufen, particularmente, Frederico I, Henrique VI e Frederico II em sua cada vez maior utilização do Direito Romano como ferramenta de poder. Não podemos desconsiderar justamente o caráter transpessoal do poder imperial no Direito Romano, que reforça o caráter de permanência da instituição imperial.

É interessante notarmos que estas transformações ideológicas iniciadas no século XI encontram reflexo nas formas de representação dos monarcas. O processo de despersonalização da representação do soberano está intimamente ligado à institucionalização da monarquia imperial: as características identificáveis do monarca são suas *regalia*, os símbolos e gestos transpessoais que acompanham o monarca, ao invés de suas feições (como fica claro ao compararmos a iluminura do *Liber ad honorem Augusti* com a do *Codex Manesse*, nas quais Henrique VI não possui as mesmas feições).

Sua estereotipificação corresponde à consolidação institucional do Império, ao contrário da retratística desenvolvida nas representações otônidas que possuem uma ambição de fidedignidade das feições dos monarcas, buscando a presentificação dos indivíduos retratados para a audiência que estivesse no mesmo local que as imagens: o retrato de Otto II presentificava não ao Imperador, mas sim o indivíduo que portava o título.

As imagens de Henrique VI fazem parte da fase de consolidação de ambos os processos: o de despersonalização (e estereotipificação) das representações e o de transpersonalização da monarquia imperial germânica, sendo características dos mesmos.

Referências

Fontes primárias

Codex Manesse, **Codex Palatinus Germanicus** 848. Facsímile digital: http://www.ub.uni-heidelberg.de/allg/benutzung/bereiche/handschriften/codexmanesse.html acessado a 30/04/2014.

PETRUS DE ÉBOLI. **Liber ad Honorem Augusti sive de rebus Siculis**, ed. KÖLZER, Theo & STÄHLI, Marlis, Sigmaringen: Jan Thorbecke Verlag, 1994.

WIPO. **The Deeds of Conrad II**, in: MOMMSEN, Theodor E. & MORRISON, Karl F. (trad.). Imperial Lives & Letters of the Eleventh Century, New York: Columbia UP, 2000.

Bibliografia

ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de. "A assembléia de Mainz (1184): o fato e sua repercussão nos romances cavaleirescos germânicos". in: MONGELLI, Lênia Márcia (org.) **De Cavaleiros e Cavalarias - Por terras de Europa e Américas**, São Paulo: Humanitas, 2012a, pp. 627-640.

_____. "Constança da Sicília: Imperatrix et Regina", **Medievalis**, 2, 2012b, pp.133-151.Disponível em: http://medievalis.nielim.com/downloads/02/10.pdf acessado a 20/06/2014.

_____. "Gesta baudolini - Umberto Eco, cultura erudita e cultura cavaleiresca na corte imperial de Frederico I Barbarossa", **Caderno de Letras da UFPel**, 21, 2013, pp. 129-151.

ARNOLD, Benjamin. **Medieval Germany 500-1300**: A Political Interpretation. Londres: Macmillan, 1997.

ASHCROFT, Jeffrey. The Power of Love: Representations of Kingship in the Love-songs of Henry VI and Frederick II and in the Manesse Codex and the Liber ad Honorem Augusti of Peter of Eboli, in: MACLEAN, Simon & WEILER, Björn (ed.). **Representations of Power in Medieval Germany 800-1500**, Turnhout: Brepols, 2006, pp. 211-240.

BEDOS-REZAK, Brigitte Miriam**. When Ego was Imago –** Signs of Identity in the Middle Ages. Leiden: Brill, 2011.

BUMKE, Joachim. **Courtly Culture** – Literature and Society in the High Middle Ages**.** Woodstock: Overlook Press, 2000.

DEÉR, Joseph. **Die Siegel Kaiser Friedrichs I Barbarossa und Heinrichs VI in der Kunst und Politik ihrer zeit.** Festschrift Hans R. Hahnloser, 1959, pp. 01-56.

DILCHER, Gerhard & QUAGLIONI, Diego (org.). **Gli inizi del diritto pubblico** – L'età di Federico Barbarossa: legislazione e scienze del diritto. Bologna/Berlin: il Mulino/Duncker & Humblot, 2007.

FABRE, Martine**. Sceau Médiéval** – Analyse d'une pratique culturelle. Paris: L'Harmattan, 2001.

FUHRMANN, Horst. Germany in the High Middle Ages c. 1050-1200**.** Cambridge: CUP, 1995.

GARRISON, Eliza. **Ottonian Imperial Art and Portraiture** – The Artistic Patronage of Otto III and Henry II. Farnham: Ashgate, 2012.

HAMPE, Karl. **Germany under the Salian and Hohenstaufen Emperors.** Totowa: Rowman & Littlefield, 1973.

HAVERKAMP, Alfred. **Medieval Germany 1056-1273.** Oxford: OUP, 1992.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei** – Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SCALES, Len. **The Shaping of German Identity** – Authority and Crisis, 1245-1414. Cambridge: CUP, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. **O Corpo das Imagens** – Escritos sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007.

VAN CLEVE, Thomas C. **Markward of Annweiler and the Sicilian Regency**.Princeton: Princeton UP, 1937.

WALTHER, Ingo & SIEBERT, Gisela. **Codex Manesse, Die Miniaturen der Große Heidelberger.** Frankfurt: Insel Verlag, 1988.

WEINFURTER, Stefan. **The Salian Century** – Main currents in an Age of Transition. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999.

Artigo recebido em 02-07-2014, revisado em 29-09-2014 e aceito para publicação em 04-10-2014.